



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Gabinete do *Campus Restinga*

## GRUPO DIRETIVO DO *CAMPUS* RESTINGA DO IFRS

### ATA Nº 17/2020

1 Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas, via web conferência, foi  
2 realizada a 17ª (décima sétima) Reunião Extraordinária do Grupo Diretivo (GD) do *campus* Restinga  
3 do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. A sessão foi convocada e coordenada pelo Presidente do  
4 Grupo Diretivo, Rudinei Müller, e secretariada pela servidora Márcia Pereira Pedroso. Estiveram  
5 presentes os seguintes membros: Rudinei Müller, Diretor-geral; Caroline Daiane Kulba, Diretora de  
6 Administração; Davi Jonatas da Silva, Coordenador de Gestão de Pessoas; Gleison Samuel do  
7 Nascimento, Coordenador de Desenvolvimento Institucional; Jovani Zalamena, representante das  
8 Coordenações de curso; Márcia Pereira Pedroso, Coordenadora de Assistência Estudantil; Mikael  
9 Marques de Medeiros, Representante do Setor de Comunicação; Milena Silvester Quadros,  
10 Coordenadora de Extensão; Robson Bierhals da Silva, Coordenador de Tecnologia da Informação;  
11 Stefan Chamorro Bonow, Coordenador de Ensino; Tadeu Luis Tiecher, Coordenador de Pesquisa,  
12 Pós-graduação e Inovação; e Thaiana Machado dos Anjos, Diretora de Ensino. **Passou-se a discutir**  
13 **a seguinte pauta: A. Aprovação das atas de reuniões anteriores:** não será tratado por não haver  
14 atas prontas para aprovação. **B. Encaminhamentos a partir do Consup no dia 21/08/2020 - Oferta**  
15 **das Atividades Pedagógicas não Presenciais:** Thaiana relata que todos estão a par das discussões a  
16 respeito das Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNP) no Consup (Conselho Superior do  
17 IFRS), que vêm sendo discutidas em reuniões anteriores e tem a previsão de ser aprovada no dia  
18 de amanhã. O Coen (Conselho de Ensino IFRS) já foi convocado para segunda-feira à tarde e as  
19 Coordenações de Curso foram convocadas também pela Proen (Pró-reitoria de Ensino) - terça-feira  
20 no caso dos cursos anuais e para quarta-feira no caso dos cursos semestrais. Comenta que hoje  
21 fizeram reunião do Setor de Ensino para começar a pensar a efetivação das ofertas de atividades  
22 que deve ser composta de várias etapas de operacionalização: decisão de quais cursos (pelos

23 colegiados, incluindo seus estudantes) do que e como ofertarão, quais componentes,  
24 metodologias, entre outras questões. Está sendo pensada uma ordem de serviço com todas essas  
25 etapas como um roteiro. Essa ordem de serviço ser apresentada como proposta às Coordenações.  
26 Solicita ao Grupo Diretivo, especialmente à Direção-geral, que possa efetuar uma reunião geral  
27 com os servidores, que passarão a ser demandados a partir dessa aprovação, para além das  
28 demandas mais diretamente relacionadas à Gestão de Ensino. Jovani questiona se a Instrução  
29 Normativa do Consup é soberana ou poderemos adequar na sequência, de acordo com a realidade  
30 do *campus*. Thaiana esclarece que a EJA (Educação de Jovens e Adultos) estará numa espécie de  
31 limbo da norma, da mesma forma que ocorre com a Organização Didática: o documento normatiza  
32 o Ensino Médio Integrado e normatiza os cursos semestrais. E não observa que a EJA é um curso de  
33 Ensino Médio Integrado, entretanto, com oferta semestral em alguns *campi*. Deixando nas  
34 entrelinhas que esta modalidade pode ser tratada como subsequente ou superior, o que não é  
35 adequado. Stefan ratifica que precisamos estar organizados para as fases que virão, para  
36 mobilização dos coletivos, na construção da forma como essa oferta ocorrerá no *campus* Restinga,  
37 na sua realidade. Antever os passos desse diálogo, no sentido de não sobrecarregar e não  
38 depositar que essa oferta seja um proposta do Setor de Ensino, mas sim, de cada  
39 modalidade/curso. Não sabemos quantos docentes tem a plena possibilidade de oferta. Mas  
40 consideramos que possam haver diferentes formas de colaboração, que não somente a oferta de  
41 componentes curriculares, mas o apoio de assessoramento pedagógico, também entre os colegas.  
42 Como as turmas e cursos são diferentes, pode-se supor que o Ensino Médio Integrado possa, por  
43 exemplo, trabalhar com uma oferta por área, por exemplo. Não necessariamente por componente.  
44 Seria possível uma oferta por projeto integrado? Enfim, são vários elementos que talvez poderão  
45 compor esse quadro, mas dependendo da construção dos coletivos das modalidades, cursos,  
46 áreas, turmas. Considera que a participação dos docentes será decisiva nessas construções.  
47 Rudinei propõe então, a organização da reunião geral, para dia 28/08 (vinte e oito de agosto), às  
48 14 h (catorze horas). Thaiana acrescenta que quinta-feira haverá uma reunião com as  
49 Coordenações e a Direção-geral se propõe a estar junto nesse momento. Jovani questiona sobre  
50 como será a organização diante de negativas de professores de proporem APNP, se eles poderão  
51 se negar. Rudinei comenta que há alguns limites na própria Instrução Normativa do que pode e do  
52 que não pode ser ofertado, mas ressalta que o Pró-Reitor de Ensino enfatizou a diferença entre os  
53 servidores e os estudantes. E que o estudante pode optar, por fazer ou não fazer um componente,

54 mas a oferta deste deve ser garantida pelos servidores, sendo essa uma atribuição dos  
55 responsáveis pelos componentes ofertados. Gleison comenta que o Grupo Diretivo precisa se  
56 articular a essa demanda porque isso vai envolver a Gestão de Pessoas, para definição de quais  
57 justificativas poderão ser aceitas. Vai demandar TI (Tecnologia da Informação), entre outros.  
58 Solicita que tenha uma planilha onde se possa olhar, como uma agenda, para que possamos evitar  
59 colisões. Quem sabe uma agenda compartilhada. Sugere uma reunião semanal específica do Grupo  
60 Diretivo para o trabalho na estruturação dessas atividades no *campus*. Davi questiona se ao passar  
61 a normativa na reitoria não teria que definir de modo geral como várias coisas, a questão das  
62 justificativas para não ofertar, a questão da infraestrutura fornecida, por exemplo. Milena comenta  
63 que está escutando tudo com a atenção, pois assim como o Jovani comentou anteriormente, ela  
64 também não está por dentro da discussão do regulamento, mas lembra a importância de escutar  
65 os estudantes nesse processo. Davi comenta que Reitoria não informou ao *campus* as condições de  
66 trabalho dos servidores, coletou mas não repassou. Questiona o percentual dos nossos docentes  
67 que estão capacitados em EaD (Educação a Distância) e como efetuamos a cobrança sem regra  
68 geral no IFRS. Thaiana esclarece que os docentes por exemplo, não precisam ter como pré-  
69 requisito a capacitação em EaD, porque a oferta não será nesse formato. Relata também que foi  
70 compartilhado com o Grupo Diretivo o questionário referente aos estudantes e também à  
71 infraestrutura dos servidores. **ENCAMINHAMENTOS:** 1) Reuniões Semanais entre Ensino e Grupo  
72 Diretivo para organizar a operacionalização da oferta das APNPs; 2) 27/08 (vinte e sete de agosto)  
73 14:00 (catorze horas) 1ª (primeira) reunião do grupo diretivo para organizar a operacionalização da  
74 oferta da APNPs e para organização da reunião geral de sexta-feira; 3) 28/08 (vinte e oito de  
75 agosto) 14:00 (catorze horas) reunião geral para tratar da implementação das APNPs no *campus*; 4)  
76 Thaiana colocará na agenda do Grupo Diretivo todos os desdobramentos da operacionalização das  
77 Atividades Pedagógicas Não Presenciais, com o prefixo APNP para facilitar a localização; 5) Rudinei  
78 conversará com a Reitoria sobre procedimentos padrão a respeito de Gestão de Pessoas no caso  
79 de negativas e justificativas para não realização de APNPs; e 6) Davi fará a análise da planilha  
80 enviada por Thaiana, sobre a infraestrutura e as possibilidades de trabalho dos servidores do  
81 *campus*, no que se refere à oferta de APNPs. **C. Proposta de Grupo de Trabalho sobre Cooperação**  
82 **Técnica:** Será construída uma normativa que definirá vários aspectos relacionados à Cooperação  
83 Técnica, tanto de quem chega (vem cooperar com o *campus*), quando de quem sai (vai cooperar  
84 com outro *campus* ou instituição). O foco serão os critérios da gestão para alocar quem chega e

85 para autorizar saídas, entre outros detalhamentos que as normativas do IFRS não prevejam. Davi  
86 sugere que este, assim como outros afastamentos, no caso de cooperação com outras  
87 unidades/instituições passem pelo Concamp (Conselho de *Campus*). Ao que Rudinei esclarece que  
88 esse grupo irá pensar exatamente os critérios e os fluxos para isso. A composição sugerida pelo  
89 Rudinei: representante da Direção Geral, representante da CGP, uma representação de cada  
90 segmento do Concamp. ENCAMINHAMENTO: Será emitida Ordem de Serviço para construção de  
91 Resolução para análise e discussão do Concamp. **D. Justificativa para oferta de bolsas remotas,**  
92 **mas não aulas, como ficam os estudantes sem acesso:** Rudinei esclarece que esses projetos  
93 pertencem à Editais lançados em 2019 e que estavam suspensos devido à suspensão do  
94 calendário. Entretanto, foram autorizados a serem continuados, com recurso já destinado pois a  
95 retomada foi vista como uma tentativa de aumentar o engajamento da comunidade acadêmica.  
96 Foi esclarecido também pelo Tadeu que houve para acesso a essas bolsas, o lançamento de um  
97 edital de auxílio inclusão digital. A tentativa de retomar os projetos é de retomar atividades da  
98 instituição. Mikael pontua que considera que o Edital de inclusão não foi divulgado anteriormente  
99 e poderia ter sido lançado antes, para que os estudantes pudessem ser auxiliados a acessar as  
100 bolsas. Também comenta que no Setor de Comunicação conversaram sobre quais teriam sido os  
101 critérios de adequação, a respeito de quais projetos poderiam ser realizados de forma remota.  
102 Tadeu explica que foi feita uma autodeclaração do Coordenador a respeito da possibilidade de  
103 execução do projeto à distância. Davi questiona quando os projetos foram apresentados dentro do  
104 prazo de execução no período presencial. Tadeu esclarece que sim, que os Editais são lançados  
105 pela reitoria, e o *Campus* faz o Edital local. Comenta que a adequação dos projetos presenciais à  
106 execução remota é um desafio para todos. Thaiana comenta e gostaria de deixar registrado que o  
107 Coen não foi consultado sobre a retomada dos Projetos de Ensino. Foi enviada apenas a  
108 retificação, indicando que deveriam ser retomados. Comenta que a reunião veio como tendo sido  
109 uma questão deliberada pelo Colégio de Dirigente. **E. Relato da Reunião sobre o Edital de Auxílio**  
110 **Inclusão Digital:** Márcia fez um breve relato da Reunião que discutiu o Auxílio de Inclusão Digital  
111 com a Assistência Estudantil do IFRS. Relata que no dia 06/08 (seis de agosto) houve Consup e o  
112 Pró-Reitor de Ensino comentou que haveria um Auxílio Inclusão Edital e que o Edital estava pronto,  
113 apenas aguardando a aprovação das APNP. A Assistência Estudantil (Assistentes Sociais e GTPAE -  
114 Grupo de Trabalho Permanente de Assistência Estudantil) foram chamados a uma reunião no dia  
115 10/08 (dez de agosto) para discutir o tema, mas de fato o Edital estava pronto e não foi possível

116 colaborar com sua construção. Relata que ela e Geovana levaram todas as observações da Equipe  
117 de Ensino, que havia feito colaborações muito pertinentes e que a argumentação do *Campus*  
118 ocorreu em três sentidos: que a Assistência Estudantil pudesse fazer as análises socioeconômicas  
119 dos inscritos não beneficiários, mas que, no caso de eles estarem dentro do público prioritário,  
120 primeiramente inseri-los via modalidade de Auxílio Permanência Emergencial, já que, o pagamento  
121 de auxílio digital a pessoas em condições e com necessidade de receberem o auxílio permanência  
122 seria um conhecimento para o qual a instituição não poderia fechar os olhos a partir da verificação.  
123 Entretanto esse argumento não foi acolhido. Foi argumentado então que o recurso fosse dirigido  
124 direto, para o público prioritário, na medida em que o público prioritário tem aproximadamente  
125 6000 (seis mil) estudantes no IFRS e haveria apenas 2000 (dois mil) auxílios digitais, não havendo  
126 lógica em destiná-las a públicos não prioritários. Mas também não foi acolhido. Foi argumentado  
127 contra o formato de prestação de contas, com a possibilidade de um termo de responsabilidade,  
128 mas não foi aceito. Em vários momentos foi frisado que o recurso não seria da Assistência e que  
129 portanto, os critérios seriam mais amplos e a prestação de contas ocorreria da forma como  
130 estavam propondo. Em suma, não foi possível maior incidência sobre como operar a inclusão  
131 digital, de modo que ao final concluímos e deixamos registrado em reunião que, de fato, se o Edital  
132 ocorresse via Assistência seria outro edital. Que entendemos que não teríamos um protagonismo  
133 naquela ação e que nos restringiríamos a fornecer as informações necessárias a sua operação  
134 dentro do público prioritário. Entendemos que a pró-reitoria gostaria que nós construíssemos  
135 critérios diversos aos da Assistência Estudantil, mais amplos como mencionaram, ao que não foi  
136 acolhido pelo grupo, pois sempre que a Assistência for consultada, ela defenderá a destinação dos  
137 recursos para os estudantes prioritários do IFRS. No fim, acabaram por publicar o edital ontem,  
138 separando o Edital destinado aos bolsistas do Edital que será destinado aos estudantes que se  
139 inscreverem nas APNPs, e dirigindo o recurso apenas ao público prioritário. Márcia frisa que isso  
140 foi feito, em sua concepção, por não conseguirem chegar a outros critérios de distribuição de  
141 recurso (mais amplos). Davi considera bastante frustrante todo o trabalho que acaba não acolhido  
142 na discussão. Stefan considera que a Assistência Estudantil estava sendo chamada de fato para  
143 fazer outra coisa, que não teria a ver com o seu fazer. **F. Banheiro adaptado para cadeirantes:**  
144 Thaiana comenta que o Curso de ADS (Análise e Desenvolvimento de Sistemas) tem dois  
145 cadeirantes, o curso de Agroecologia tem um cadeirante e o Curso de Comércio tem um  
146 cadeirante. E que os banheiros não estão adaptados de forma suficiente. No início do ano veio um

147 registro, porque o banheiro deve ter dentro da própria cabine uma forma de esvaziamento de  
148 sonda, por exemplo, de higiene de outros artefatos e para lavar suas mãos. As pessoas têm que  
149 sair da cabine, com a sonda ou outro artefato para esvaziar em outro lugar ou ir até as pias fazer  
150 isso e higienizar suas mãos após o processo. Rudinei comenta que há problemas relacionados,  
151 como o não acesso ao local de lanche e à quadra. Caroline comenta que os engenheiros terem  
152 feito banheiros, supostamente adaptados, sem essa infraestrutura é inaceitável. Thaiana considera  
153 que o banheiro se diferencia das outras pautas, porque é uma questão emergente e de dignidade.  
154 Gleison esclarece que o projeto tinha os banheiros adaptados, e ocorreu que o uso livre do  
155 banheiro adaptado acabou estragando os equipamentos. Thaiana pergunta se tinha pia, ao que  
156 Gleison esclarece que tinha o rebaixamento da pia, mas não dentro da cabine. Comenta também  
157 que não adiantaria um banheiro somente masculino ou somente feminino, mas talvez um banheiro  
158 específico para cadeirantes, unissex. Davi considera que é algo que precisa ser separado, para  
159 privacidade e para a urgência das pessoas ser atendida. Também considera importante que seja  
160 agregada a essa demanda a demanda do fraldário e a amamentação. ENCAMINHAMENTO: Rudinei  
161 buscará resolução em conjunto com a Diretoria de Administração. **G. A denominação do *campus***  
162 **em documentos e ferramentas oficiais do IFRS, e MEC. Por que, muitas vezes, nosso *campus* é**  
163 **chamado de “*Campus Porto Alegre (Restinga)*”**: Thaiana comenta que tem aparecido o nome do  
164 *campus*, por vezes em documentos e nas plataformas de sistemas como *Campus Porto Alegre*  
165 (*Restinga*), ou *Campus Restinga (Porto Alegre)*. Gleison comenta que para o MEC o nome é *Campus*  
166 *Porto Alegre/Restinga*, porque a maioria dos *campi* traz o nome da cidade de sua localização no  
167 nome. Isto está na Portaria de Criação. Considera que caso se pense necessário, deve-se solicitar à  
168 Reitoria a modificação do nome do *campus* na portaria do MEC. Gleison considera que  
169 internamente é só buscarmos fundamentação no Estatuto e pontuarmos nos fóruns onde  
170 percebermos essa inadequação. Márcia comenta que enquanto amadurecemos a ideia de solicitar  
171 a mudança na portaria de criação, podemos ir fazendo as pontuações internas. **H. Ação que**  
172 **promova uma avaliação, pela comunidade escolar, dos nossos 6 (seis) primeiros meses de**  
173 **gestão, 28/02 (vinte e oito de fevereiro) a 28/08 (vinte e oito de agosto)**: Stefan considera que o  
174 período pode distorcer a avaliação, porque muitas coisas estão misturadas nesse momento, e não  
175 há modo de comparação da gestão nesse período, o que ocasiona falta de parâmetros. Pondera  
176 que talvez seja direcionamento de energias há algo que, neste momento, não irá contribuir para o  
177 avanço institucional. Davi considera que isso demonstra a importância da avaliação de metas, pois

178 não sabendo o que temos como horizonte, não sabemos onde estamos nesse cenário. Davi  
179 comenta que de igual forma precisamos saber o que queremos das pessoas e também comunicar o  
180 que está sendo feito, a visibilidade do que não deixamos de fazer, por diferentes canais e  
181 diferentes públicos. Considera que há uma porção de ações que não estão em lives e se precisa ter  
182 uma forma de dizer os serviços que estão sendo prestados. Como comunicar o que está sendo  
183 feito, nesse momento, talvez seja mais importante. Rudinei menciona que segue trabalhando no  
184 plano de metas. **I. Assuntos gerais: 1)** Rudinei questiona o grupo sobre os kits alimentação,  
185 comentando que ainda há recursos para distribuição de kits e fazendo o levantamento da  
186 demanda. Caroline esclarece que esse recurso, caso não gasto é devolvido, de modo que seria  
187 interessante fazer outras solicitações. A proposta foi de duas solicitações de 400 (quatrocentos)  
188 kits. Caroline acrescenta que os kits na mesma cooperativa seguem com o mesmo valor, se for  
189 outra solicitação pode ser modificado o valor. Thaiana comenta que o Governo Federal vetou essa  
190 semana a conversão da merenda escolar em kits alimentação. Rudinei considera que de qualquer  
191 modo enviará o quantitativo e pede a Jovani que acrescente a planilha duas solicitações de 400  
192 (quatrocentos) kits cada uma. Caso se modifique o valor dos kits se diminui o número de kits  
193 solicitados. **2) Obras de manutenção do Campus:** Rudinei relata que estava tendo dificuldades  
194 para manutenção da infraestrutura, assim como outras unidades do IFRS, já que os servidores  
195 entendiam que não poderiam trabalhar presencialmente, entretanto a reitoria modificou a  
196 portaria de atividades essenciais e se passou a poder acompanhar melhor as obras dos pisos das  
197 salas e dos banheiros. **3) Serviços Gerais:** Rudinei comenta que o contrato dos terceirizados da  
198 manutenção acaba em dezembro e que havia risco de interrupção de contrato caso não se  
199 retomasse as atividades. Desse modo se optou por retomar eles presencialmente no *campus*, por  
200 escalas, sem pessoas dos grupos de risco. Nada mais a ser tratado, o Presidente do Grupo Diretivo,  
201 Rudinei Müller, declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Márcia Pereira Pedroso, lavrei a  
202 presente ata, que, após lida e aprovada, segue por mim datada e pelos presentes assinada. Porto  
203 Alegre, sete de julho de dois mil e vinte.

---

Rudinei Müller  
Presidente do Grupo Diretivo

---

Márcia Pereira Pedroso  
Secretária